

CAPÍTULO IV

JORNALISMO DE SOLUÇÕES E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: ESTUDO SOBRE A COBERTURA DA MITIGAÇÃO NO SITE BRASILEIRO G1

Dra. Eloisa Beling Loose

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Resumen

Este artigo busca relacionar o conceito de jornalismo de soluções (Wenzel, Gerson e Moreno, 2016) com o debate da cobertura jornalística sobre uma das formas de enfrentamento às mudanças climáticas, a mitigação. Para isso, além de pesquisa bibliográfica, faz um levantamento das matérias sobre o assunto publicadas no site *G1*, o mais acessado no Brasil. Por meio de uma análise categorial inspirada na Análise de Conteúdo (Bardin, 2014), objetiva detectar a frequência com que aparecem aspectos sobre a mitigação em termos de escala, explicação, responsabilidade e tempo. Dentre os resultados, destacam-se o pouco espaço dado ao tema, a responsabilização de instituições e governos, assim como a falta de uma explicação mais relacional sobre a diminuição das emissões de gases de efeito estufa com o estilo de vida das pessoas. Embora a mitigação seja uma resposta para o enfrentamento das mudanças climáticas, verificam-se nas notícias analisadas um jornalismo ‘automatizado’ e pouco preocupado com o engajamento do público – distante da proposta do jornalismo de soluções.

Palabras clave

Jornalismo de Soluções; Mudanças Climáticas; Mitigação.

1. Introdução

As mudanças climáticas (MCs) já aparecem com bastante frequência nos meios de comunicação e são objeto de estudo de diferentes áreas científicas, que compreendem a urgência e gravidade das consequências derivadas da intensificação do fenômeno, que tem contribuição significativa das ações antropogênicas. Segundo o último relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), publicado em 2018, é necessário parar de emitir gases de efeito estufa (GEE) a fim de evitar o aumento médio da temperatura e seus múltiplos efeitos, e, para isso, banir os combustíveis fósseis e acabar com o desmatamento são medidas determinantes. Contudo, apesar dos alertas enfáticos da comunidade científica, pouco se discute publicamente sobre como enfrentar as MCs.

Considerando o papel-chave do jornalismo, que por meio de sua credibilidade e alcance consegue atingir uma grande parcela da sociedade e promover o debate público, destaca-se neste estudo a cobertura jornalística da mitigação das MCs, de modo a verificar como as soluções a esse problema estão sendo transpostas para a população. Sublinha-se que mitigação é um termo pouco usado nos textos jornalísticos, mas a sua ideia de redução das emissões de GEE é, geralmente, apontada durante a notícia.

As pesquisas realizadas sobre a comunicação das MCs começaram a ser publicadas há mais de 20 anos, mas apenas recentemente se tornaram objeto de estudo nos países do Sul Global. Grande parte das pesquisas é feita a partir dos jornais ditos de referência - aqueles de grande circulação e considerados como veículos de prestígio - e apontam que o tema é tratado, na maioria das vezes, sob o aspecto global e da perspectiva dos riscos, fazendo pouca ou nenhuma ligação com o cotidiano das pessoas. No Brasil, Loose (2016) estudou as notícias sobre o assunto no jornal *Gazeta do Povo*, o de maior circulação na capital paranaense, Curitiba, e identificou uma lacuna entre as relações locais e globais do fenômeno, o que colabora para o distanciamento do público no que diz respeito ao enfrentamento dos riscos climáticos.

Também vale ressaltar que a cobertura das MCs passou por uma mudança de abordagem nos últimos anos, deixando de ser uma pauta predominantemente científica para ser discutida em âmbito político, por exemplo - embora os enfoques de enfrentamento, como adaptação e mitigação, ainda são minoritários diante daqueles que evidenciam os seus riscos, apesar das décadas de estudos dedicados a programas de comunicação e divulgação sobre esse tema (Wolf e Moser, 2011). Estudos sobre a cobertura do tema (e.g Takahashi, 2003; González Alcaraz, 2015) revelam que se fala muito pouco sobre adaptação e mitigação na América Latina, ainda que haja bastante vulnerabilidade aos riscos climáticos nessa região.

Este trabalho busca dar ênfase a uma das respostas ou soluções às MCs, a mitigação, buscando articular esse aspecto ao chamado “jornalismo de soluções” (*solutions journalism*), conceito que ainda demanda consolidação teórica, mas que dá pistas de como pensar em outra forma de atuação do jornalismo, mais alinhada com os problemas graves e atuais que permeiam nosso tempo.

2. Jornalismo de soluções: entendendo a proposta

O jornalismo, de uma forma ampla, não deveria se focar apenas nos aspectos negativos dos fatos, ainda que se reconheça que esse seja um dos critérios de noticiabilidade presentes na lógica do campo. Em razão de seu compromisso com o interesse público, caberia ao jornalismo também expor saídas, respostas ou soluções diante dos acontecimentos carregados de más consequências, de modo a não ser portador apenas de notícias ruins. A questão é que existe no campo jornalístico um pressuposto de que “notícias boas são notícias ruins”, afinal são elas que prendem a atenção do público e geram desmembramentos (suítes), muitas vezes alavancando lucros e até certo prestígio. Dessa forma, há um incentivo velado para um olhar mais voltado ao negativo (mortes, catástrofes, tragédias, etc.) do que aquilo que é positivo (e, às vezes, necessário) para melhorar a qualidade de vida e as relações sociais em razão da face mercadológica do jornalismo.

Há estudos que apontam que as notícias com viés negativo são mais facilmente processadas e lembradas, chamando mais a atenção dos seres humanos (Wenzel, Gerson e Moreno, 2016). No caso específico das MCs, as previsões catastrofistas associadas ao aumento médio da temperatura podem servir para alertar a população – argumento para pesquisadores que defendem o uso da abordagem de riscos (e.g. Painter, 2013¹) –, mas também podem gerar uma sensação de inevitabilidade do problema face ao seu tamanho, paralisando os indivíduos; tal percepção pode fazer ainda com que as pessoas passem a ignorar os riscos de modo que possam seguir suas rotinas. Autores preocupados com essa perspectiva (e.g. Pulcini, 2013, Giddens, 2010) alertam para a necessidade de não transformar o medo em algo não produtivo, como quando há um efeito de desesperança ou de culpa.

Wenzel, Gerson e Moreno (2016) citam o efeito bumerangue que pode estar presente nesse enfoque. Ao submeter o público às mensagens negativas, ele poderia ficar ressentido e, assim, responder negativamente também. O efeito bumerangue pode ser associado à mudança climática, onde mensagens catastrofistas parecem tornar as pessoas mais céticas sobre o fenômeno – ao invés de mobilizá-las para seu enfrentamento.

Além dos efeitos do enquadramento negativo, que tende a gerar medo, vinculado à paralisia ou apatia diante de um problema de proporção global

e efeitos irreversíveis, é preciso lembrar que as pessoas possuem mecanismos psicológicos para manejar o risco ou a ameaça, já que precisam lidar no seu dia a dia com uma quantidade grande de problemas de diferentes ordens e impactos. Os estudos de percepção de risco revelam que nós temos um conjunto finito de preocupações e que há fatores culturais, afetivos, cognitivos, econômicos, dentre outros, que selecionarão aqueles riscos com que realmente iremos nos preocupar a fim de garantir nossa sobrevivência psicológica. Pesquisas apontam que as pessoas tendem a considerar mais as ameaças de curto prazo do que as de longo prazo, por exemplo, e que o excesso de exposição pode acarretar entorpecimento emocional (Shome e Marx, 2016).

Diante disso, surgem novas abordagens jornalísticas que tentam enfatizar aspectos pouco presentes no jornalismo *mainstream* ou hegemônico. A proposta do jornalismo de soluções ou jornalismo construtivo (*constructive journalism*²) é promover relatos mais abrangentes, contextualizados, que se concentrem nas soluções e não somente nos problemas da nossa sociedade. Segundo a *Solutions Journalism Network*³, a proposta é chamar a atenção para as respostas aos problemas sociais, pois acreditam que a cobertura centrada apenas nos problemas acarreta desânimo e não promove engajamento social. Algo, como já visto, confirmado em estudos sobre a abordagem de riscos climáticos.

A perspectiva do jornalismo de soluções apresenta semelhanças com outras propostas de jornalismo que visam qualificar o exercício da profissão e permitir que as informações acessadas pelos públicos possam desencadear reflexões e, talvez, até ações que alterem a realidade. No relatório *Engaging Communities Through Solutions Journalism* (Wenzel, Gerson e Moreno, 2016) há menção de outras abordagens que sustentam enfoques outros visando a mobilização dos públicos. Os autores citam o “jornalismo para a paz” (*peace journalism*) e o “jornalismo cívico ou público” (*civic or public journalism*). Incluímos nesta discussão as semelhanças existentes com o “jornalismo ambiental” (*environmental journalism*), que também é compreendido como um jornalismo engajado, e o “jornalismo preventivo” (*preventive journalism*), associado ao princípio da precaução.

Wenzel, Gerson e Moreno (2016), ao discorrer sobre as origens do jornalismo de soluções, apontam o jornalismo para a paz, que tem caráter responsável e intervencionista. O sociólogo Johan Galtung é considerado a referência desse movimento, que iniciou nos anos 1970, pensando na oposição do jornalismo de guerra, orientado apenas para o conflito em si e suas consequências visíveis. Cabral e Salhani (2017), em artigo sobre o jornalismo para a paz, afirmam que:

[...] as escolhas feitas pelo jornalismo para a paz buscam a humanização e o entendimento, uma vez que dá voz a todas as partes, é orientado para as pessoas e para a cultura de paz em vez de somente reportar a violência

direta. As coberturas devem ser equilibradas e atenção deve ser dada a todas as etapas do que se propõe a narrar: o antes (o que levou àquela situação), o durante (o que deve ser feito para transformá-la) e o depois (legado: quais são as consequências e estratégias de prevenção).

Assim, verifica-se que além de ressaltar a contextualização, o jornalismo para a paz é pensando e feito a partir do sofrimento de todos que perpassam o conflito (e não apenas as elites) e das soluções a fim de prevenir outras guerras (e não retratar somente a vitória). A humanização e a proatividade também são elementos dessa proposta, que costuma receber críticas por não manter o distanciamento esperado pela objetividade jornalística (embora hoje já se reconheça que qualquer processo de construção da notícia passará por escolhas que inevitavelmente serão subjetivas).

Ainda sobre os antecedentes do jornalismo de soluções, Wenzel, Gerson e Moreno (2016) citam o jornalismo público ou cívico (às vezes chamado de comunitário), aquele centrado nas pessoas como cidadãos em vez de vítimas ou espectadores, colaborando para uma melhor discussão pública e, quiçá, envolvimento para resolução de problemas. Souza (2017) também pontua esse movimento como originário, destacando a ideia de um jornalista engajado, que tem a responsabilidade de informar e envolver as comunidades com a resolução de seus problemas. Buscando estabelecer uma distinção entre o movimento anterior e esta abordagem mais recente, Souza (2017, p.57) sublinha as diferenças:

[...] o jornalismo cívico é mais abrangente por não apresentar características tão específicas tal qual o jornalismo de soluções. Entretanto, uma cobertura promovida dentro do escopo do jornalismo cívico poderia resultar no mesmo estilo de reportagem que o jornalismo de soluções busca promover e vice-e-versa, sendo possível enquadrar, por questões cronológicas, o jornalismo de soluções dentro do escopo do jornalismo cívico.

Aqui se percebe mais uma vez uma preocupação jornalística que afete o outro, que envolva o público para o exercício de sua cidadania. Essa intenção de mobilizar por meio das informações também sofre críticas dos defensores de um jornalismo supostamente imparcial, como já visto no jornalismo para a paz e no jornalismo ambiental, dito comprometido com a sustentabilidade da vida. Apesar deste jornalismo engajado tomar partido, é preciso entender que é um jornalismo posicionado a favor da vida, do bem-estar coletivo, do interesse público. Quando se diz que o jornalismo serve ao interesse público, não há questionamentos sobre sua pretensa objetividade. Porém, parece difícil compreender que a defesa do meio ambiente diz respeito a todos (afinal, alguns esquecem que somos parte dele).

Além do jornalista ambiental tomar partido (e.g. Bueno, 2007; Frome, 2008; Girardi et. al, 2012), buscando intervir nas práticas danosas ao

ambiente, patrimônio de todos, inclusive das futuras gerações, há outros pressupostos coincidentes com as propostas já citadas, como a ênfase na contextualização, a pluralidade de vozes (tentando dar espaço para ângulos diferentes) e a responsabilidade com a mudança de pensamento. Identifica-se ainda, especialmente no caso das MCs, a incorporação da prevenção e da cobertura dos riscos não centrada na negatividade, mas sublinhando as relações do local com o global, de modo a aproximar o leitor de problemáticas globais (Loose e Girardi, 2017). Tais aspectos estão muito associados a soluções e possível envolvimento dos cidadãos com o enfrentamento das problemáticas ambientais.

Por fim, o jornalismo preventivo, diretamente vinculado com o jornalismo para a paz e o jornalismo ambiental, pode ser equiparado também com o jornalismo cívico ou público, já que encoraja a sociedade a agir (e, nesse caso, com cautela). Mesmo sendo as informações relativas à prevenção essenciais para a população reagir de forma adequada, este é um aspecto pouco presente no jornalismo – espera-se o risco se tornar concreto para depois apurar o que poderia ser feito para evitá-lo. O que guia o jornalismo de prevenção é a antecipação dos problemas – ao invés de esperar que eles aconteçam (Alende Castro, 2016). A informação qualificada, que contextualize e dê respostas ao público diante dos problemas, permite que ele tenha [...] melhores condições para conhecer e reivindicar seus direitos, fortalecendo de forma mais consistente o próprio capital social do país” (ANDI, 2009, p.18).

Após essa breve exposição de quatro abordagens ou vertentes do jornalismo, pode-se notar que todas reivindicam por um outro olhar, um outro enquadramento (diferente daquele centrado na informação rápida e objetiva, que retrata somente o fato presente), que valorize mais a participação do cidadão e entenda o jornalista como um ator capaz de intervir na sociedade. São diferentes conceitos que têm algo em comum: uma prática jornalística mais interessada no bem-estar social de uma maioria carente de informações sobre como melhor agir no mundo. Cabral e Salhani (2017) sinalizam que há mais conceitos atrelados às melhorias das condições da vida das pessoas, como o jornalismo social, por exemplo, que destaca o papel social do jornalismo a partir de enfoques particulares. As vertentes têm em comum o intuito de despertar os públicos para enfrentar os problemas sociais.

O jornalismo de soluções é, assim, uma dessas propostas, com ênfase não apenas em histórias de sucesso, mas, especialmente, em como é possível responder a determinados problemas. Parte da premissa de que a apresentação de soluções encorajará mais envolvimento do público (Wenzel, Gerson e Moreno, 2016). O importante não é apresentar cases de sucesso ou respostas rápidas de eficácia comprovada, mas focar em como sair dessa situação, no avanço das soluções. Não é um jornalismo pautado

apenas no aspecto positivo, nas histórias que deram certo, mas nas tentativas (fracassadas ou exitosas) de se lidar com problemas. Também não nega o problema em si, mas tenta contextualizar de modo a evitar a sensação de que não há saídas. Pensando nisso, avança-se para a discussão do enfrentamento das MCs por meio da mitigação.

3. Mitigação: uma forma de enfrentamento

Ainda que as MCs estejam hoje mais frequentemente na mídia, os enquadramentos costumam ser mais associados aos riscos, às previsões catastróficas do fenômeno, muito pautados pelos informes do IPCC⁴. Mercado-Sáez e Galarza (2017) informam que os jornalistas reconhecem que o tema é retratado, muitas vezes, de forma negativa e até irresponsável na mídia, e alegam que isso ocorre por falta de especialização. Isso ocorre porque o tema é cercado de termos técnicos e é preciso se familiarizar com a linguagem científica, mas não é desculpa para evitar o assunto, já que ele impacta diretamente as nossas vidas e das gerações que estão por vir.

Como respostas às MCs, duas estratégias complementares são fortemente recomendadas: a mitigação, voltada para redução das emissões de GEE, e a adaptação, resposta que busca diminuir ou evitar danos e aproveitar as oportunidades potenciais derivadas das mudanças do clima. A mitigação tem um papel a longo prazo e de resultado global, buscando evitar ou minimizar os impactos futuros, de modo a frear a concretização dos piores cenários. Já a adaptação busca lidar com os problemas já vivenciados pelas MCs, atuando na remediação de situações já decorrentes pelos efeitos climáticos em nível local.

Volta-se para a mitigação por ser a estratégia mais associada ao jornalismo preventivo e ambiental, já que envolve uma mudança de estilo de vida e comportamento dos sujeitos, desejando a mobilização dos cidadãos, presente também nas demais propostas já apresentadas⁵. Ribeiro (2008), em análise sobre as políticas públicas do Brasil relativas à mitigação, afirma que mesmo antes da implementação da Convenção Quadro de Mudanças Climáticas, de 1992, o País já tinha propostas que contribuíam para redução das emissões de GEE, mas que tinham sido estabelecidas com o propósito de diminuir a dependência do petróleo. Apesar disso, o pesquisador lembra “[...] que persistem os interesses seculares de donos de terras, focados em atividades agrícolas monocultoras desenvolvidas em latifúndios no país” (Ribeiro, 2008), o que pode dificultar o alcance das metas do Brasil. Aliás, não é somente o Brasil que carece de políticas públicas efetivas para a necessária redução de emissões de GEE, pois a questão persiste em termos globais (Artaxo, 2014).

Mas, por que mitigar? As previsões do IPCC mostram que teremos um aumento médio da temperatura em razão da quantidade de GEE já presente

na atmosfera e também daquela que continuará sendo emitida se mantivermos nossas atividades da maneira como está. Face ao crescimento populacional e a perspectiva do aumento de consumo, é compreensível que haverá falta de recursos em breve, assim como sofreremos com outros efeitos derivados de um modelo insustentável a longo prazo. No entanto, a transição para uma economia de baixa carbono não deverá ser rápida o suficiente, considerando as estruturas de poder hoje vigentes.

No Brasil, o desmatamento vinculado à produção agropecuária é um dos fatores que eleva a emissão de GEE (PBMC, 2014), colocando o País como o maior poluidor da América Latina: no *ranking* global dos poluidores, ocupa sétima posição. Segundo documento da Análise das Emissões de GEE no Brasil (SEEG, 2017, p.14):

[...] as variações ao longo do tempo são explicadas especialmente pelas alterações do uso da terra (em especial o desmatamento na Amazônia), que já chegaram a representar quase 80% das emissões brutas brasileiras (2003/2004) e atualmente caíram para 46% do total, mas mantêm-se como principal fonte de emissões no país.

Viola e Franchini (2018) recordam que até recentemente, nos anos 2000, as MCs eram vistas como ameaça à soberania da Amazônia, já que havia receio de uma exploração da área pelos países do Norte. Essa perspectiva, mesmo que permaneça presente em alguns setores, já está sendo revista. A mitigação no setor pode se dar por meio de mudanças nas práticas agropecuárias e silvicultura, assim como restauração florestal, a fim de não apenas reduzir as emissões de GEE, mas capturá-las (sequestro de carbono). Dentre as recomendações do SEEG (2017), para além das revisões e adequações de políticas públicas para a área, especialmente aquelas que deixam de incentivar setores poluentes, destacam-se a retomada de metas para uso de biocombustíveis (que vem sendo descumprida), melhoria e expansão na mobilidade urbana (qualidade do transporte público e do transporte não-motorizado), ampliação de práticas de agricultura de baixo carbono e aceleração do processo de implementação de mecanismo(s) de precificação de carbono..

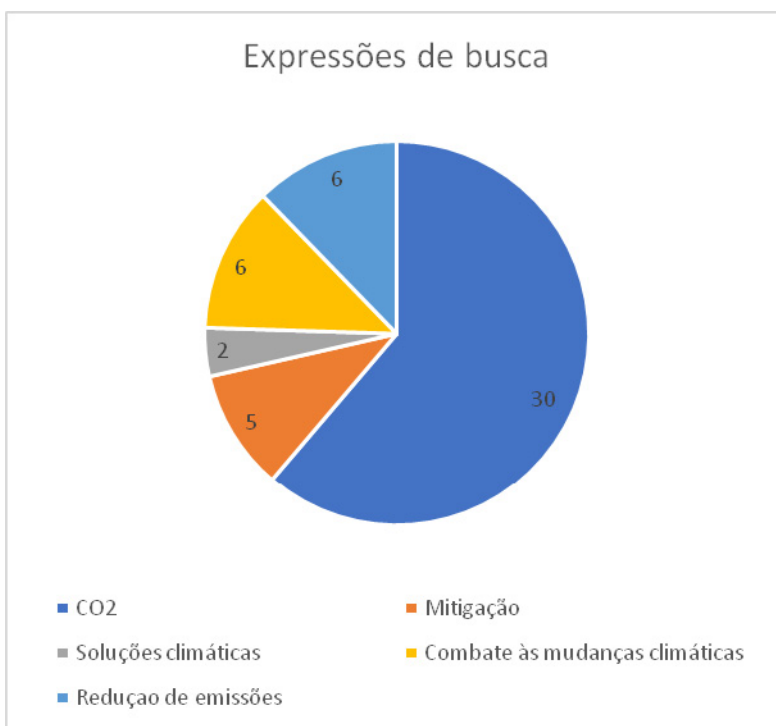
Essas medidas sinalizam aspectos a serem reconsiderados pelos principais setores emissores, mas há medidas no âmbito individual que também podem ser tomadas visando a minimização de emissões, tais como: evitar uso de transporte individual e, quando usar, abastecer com biocombustíveis; consumir menos e de forma mais consciente; usar água e energia de forma eficiente e, se possível, buscar ter fonte de energia renovável, como placas solares; diminuir o consumo de carne e dar preferência aos alimentos da estação e da região; e comprar produtos de madeira certificada, de demolição ou de reflorestamento. Por se tratar de um problema global, sublinha-se muito a relevância dos acordos internacionais e das políticas nacionais, mas cada cidadão pode fazer sua

parte, incluindo a reivindicação por políticas para a questão nas diferentes escalas. Discutir como é possível reduzir a pegada de carbono⁶ de cada um, em diferentes áreas e atividades, é uma pauta que merece ser mais trabalhada no jornalismo de soluções.

4. A cobertura sobre mitigação no site brasileiro G1

De modo a verificar como a mitigação aparece na cobertura das MCs e se há alguma articulação do tema com o jornalismo de soluções, realizou-se um estudo no site *G1* no período de janeiro de 2016 (mês posterior à assinatura do Acordo de Paris, na COP-21) a dezembro de 2018 (antes da posse do novo presidente). O *G1* é o portal de notícias do Grupo Globo de Telecomunicações. O *Digital News Report 2018*⁷ aponta o *Globo.com* (incluindo o *G1*) como o site mais acessado (que tem maior porcentagem de uso semanal) do Brasil. Para tanto, faz-se uso do buscador do próprio portal⁸ com os seguintes termos: “mitigação climática” e “redução de emissões”. Tais expressões já foram usadas por Fernández-Reyes (2018) para verificar a evolução da presença deste assunto na imprensa espanhola.

Os resultados dessa busca foram muito abaixo do esperado e não apresentaram resultados em 2017. Acredita-se que o buscador do site jornalístico apresenta falhas na busca, o que prejudica a captação integral das notícias publicadas no período. Reconhecendo as limitações da ferramenta de busca, incluiu-se mais duas expressões para dar conta deste universo: “combate às mudanças climáticas” e “soluções climáticas”. Foram encontradas então 19 notícias, sendo que a maioria foi publicada em 2018. Por fim, foi feita a busca pela expressão “CO₂”, avaliando caso a caso aquelas que tinham relação com a diminuição dos impactos climáticos, conseguindo mais 30 notícias e totalizando um *corpus* empírico de 49 notícias. O gráfico¹ mostra a quantidade de notícias encontradas no período por expressões:



Fonte: A autora (2019)

Após a coleta das notícias, realizou-se uma análise a partir de categorias inspirada livremente na Análise de Conteúdos (Bardin, 2014). As categorias foram construídas a partir da literatura da área:

- 1) Escala da resposta (local/nacional ou global);
- 2) Espaço dado à explicação ou exemplificação da mitigação em relação ao restante da matéria (principal (está no título e/ou lead), secundário (está no desenvolvimento do texto) ou acessório (só menciona, sem explicar));
- 3) Atores responsáveis pela solução (governos, empresas, cidadãos);
- 4) Tempo da resposta (plano/proposta- futuro, ação concreta-presente).

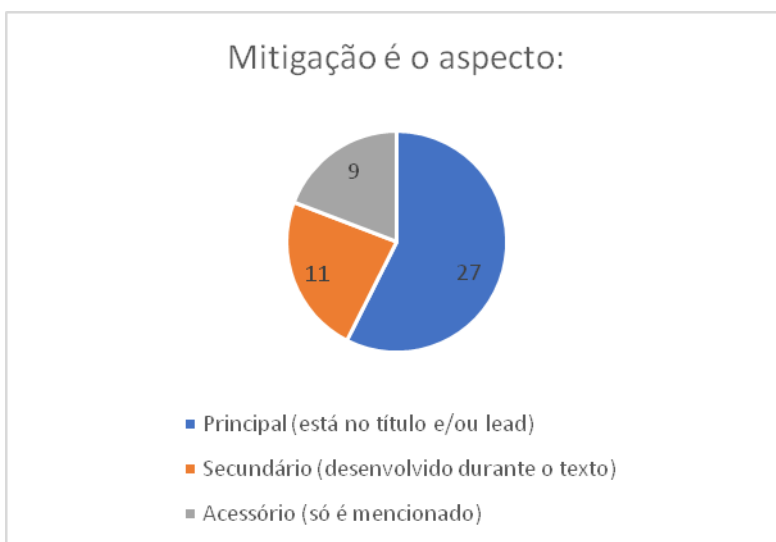
Analisando as notícias sob a perspectiva da escala da resposta (1ª categoria), observa-se que a maioria das notícias do *corpus* faz menção a formas de reduzir as emissões de GEE em nível nacional ou local, sendo os aspectos globais referenciados com mais frequência nas coberturas das COPs (Conferência das Partes sobre Clima), quando se fala em cumprimento de metas, por exemplo. Esse resultado já era esperado já que as ações costumam ocorrer em âmbito local. O gráfico 2 apresenta a proporção.



Fonte: A autora (2019)

Já sobre o entendimento do que é mitigação, foco da categoria 2, além de quase não se mencionar o termo, seu desenvolvimento é bastante superficial. Na notícia "Piores desastres climáticos de 2018 causaram US\$ 85 bilhões em danos, diz estudo", por exemplo, expõe-se alguns efeitos das MCs e apenas se menciona a necessidade de combate, sem avançar em como fazê-lo: "O calor extremo provocado por mudanças climáticas atingiu todos os continentes povoados este ano, afirmou a instituição britânica, advertindo que ações urgentes são necessárias para combater o aquecimento global."

Muitas matérias foram identificadas como de mitigação por focar na redução de GEE, mas não explicitavam isso nos textos. O uso das expressões no buscador do site proporcionou a composição de um *corpus* no qual o tema geralmente é o aspecto principal, o que não significa que, diante do volume de notícias de um site como o *G1* e do período de tempo da pesquisa (2016, 2017 e 2018), o resultado seja positivo (seria preciso comparar o volume total de notícias publicadas para tentar avaliar essa representatividade). Confira o gráfico 3:



Fonte: A autora (2019)

Sobre a categoria 3, verificou-se que os responsáveis pelas soluções são os países e seus governantes e/ou as instituições ou setores – não as pessoas. As relações entre consumo e MCs foram superficialmente apresentadas em poucas notícias, sendo grande parte do *corpus* centrado nos acordos e políticas nacionais e internacionais para reduzir as emissões de GEE.

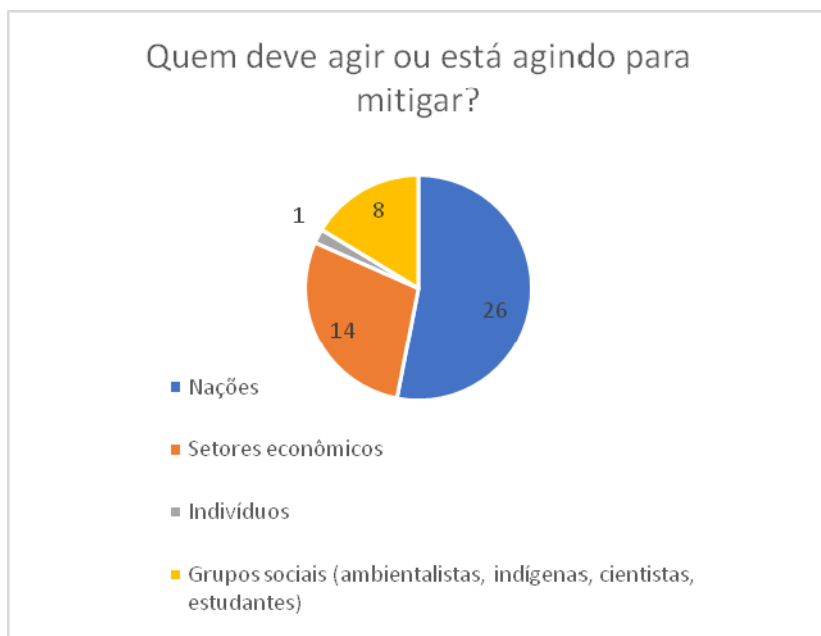
Além disso, a análise mostrou que a questão econômica aparece como empecilho para que Brasil (e outros países em desenvolvimento) não ajam em prol da mitigação. Na notícia “Por que Brasil se opõe à Europa em corte de emissões de CO₂ por navios¹⁰”, fica evidente que há um entrave, pois países em desenvolvimento costumam defender metas diferenciadas para nações mais pobres, que historicamente tiveram menos contribuição para a intensificação das MCs, garantindo, assim, seu direito de poluir - apesar do cenário atual. Esse debate é recorrente em matérias que cobrem as COPs também. Uma exceção no *corpus* analisado é a matéria: “App diz quanto a pessoa emite de CO₂ e como compensar em mudas¹¹”, voltada para como cada um de nós pode compensar as emissões de GEE.

A notícia “Benefícios para a saúde superam os custos do cumprimento das metas do Acordo de Paris, diz OMS¹²”, traz uma abordagem ampla e relaciona a mitigação das MCs com a melhoria da saúde, por meio de exemplos palpáveis:

[...] mudar para fontes de energia com baixo teor de carbono não só melhorará a qualidade do ar, como também proporcionará oportunidades adicionais para benefícios imediatos à saúde. Por

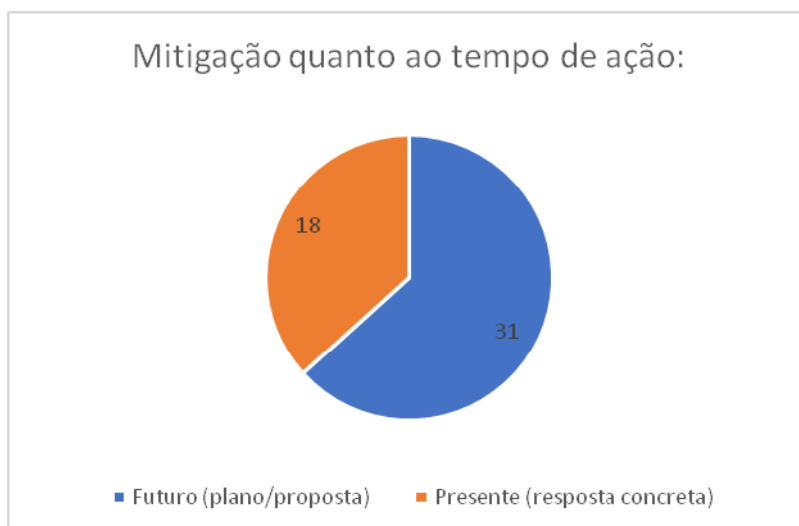
exemplo, a introdução de opções ativas de transporte, como o ciclismo, ajudará a aumentar a atividade física que pode ajudar a prevenir doenças como diabetes, câncer e doenças cardíacas.

A partir disso, os cidadãos conseguem observar ligação entre práticas do cotidiano e atitudes de enfrentamento das MCs. Este é um caso atípico dentre as notícias analisadas. A própria notícia do qual foi retirado este trecho dá mais ênfase ao papel dos governantes face às metas do Acordo de Paris. O gráfico 4, que segue, mostra a divisão das notícias quanto à responsabilidade pelas ações de mitigação:



Fonte: A autora (2019)

Por fim, sobre o tempo de resposta, observa-se que grande parte do *corpus* remete às ações futuras – a planos ou políticas para cortar as emissões a longo prazo, previsão de adoção de novas tecnologias, estudos que garantirão uma melhor captura de carbono, alertas das consequências das MCs, etc. Mesmo quando os acontecimentos que impulsionaram as notícias (os gatilhos) são situados no tempo presente, como uma marcha contra as MCs ou a realização de uma COP, a ação de mitigação tem perspectiva futura. As estratégias de mitigação apresentadas no presente dizem respeito ao funcionamento de mercado de carbono e a tecnologias que comprovaram ser eficientes na captura de CO₂. Veja a diferença no gráfico 5:



Fonte: As autoras (2019)

Há uma ênfase nas notícias sobre políticas fiscais e de inovação objetivando a emissão zero de GEE, mas os anúncios não informam quando a proposta entrará em vigor, como em “Acordo internacional prevê padrão de redução de emissões na aviação¹³”. Na contramão, em menor quantidade, aparecem outras que informam sobre tecnologias para monitorar as emissões (como satélites), iniciativas sobre precificação da captura carbono (como o mercado de créditos de carbono) e divulgação de soluções técnicas para combater as MCs, da área da geoenharia e das energias renováveis. Apesar de parecerem respostas mais concretas, a inovação ou solução tecnológica não tem previsão de chegar ao mercado ou discussão sobre a viabilidade econômica para ser usada em grande escala.

Há notícias que tratam do aumento das emissões ou de pesquisas sobre as emissões de dado setor que usam os dados negativos como forma de alerta, mas sem apresentação clara de como responder à situação, somente citando que é preciso reverter o quadro urgentemente. Tais matérias estão totalmente descoladas da proposta de um jornalismo de soluções engajado, inspirador. Aliás, as notícias sobre mitigação disponíveis no site mais acessado do Brasil não explicam com clareza como enfrentar os riscos climáticos, embora frisem a gravidade da situação.

Chama a atenção também o fato de algumas notícias apresentarem uma única fonte, sem contraponto. São exemplos: “Consultor destaca o Código Florestal na mitigação de gases do efeito estufa¹⁴”, no qual fala-se dos aspectos positivos da nova lei em relação ao combate das MCs, e de “Países precisam triplicar esforços para alcançar objetivo do Acordo de Paris até

2030¹⁵”, baseado em um relatório da ONU. Tais notícias não conseguem cumprir com uma das premissas básicas do jornalismo, como a de apresentar o fato a partir de diferentes perspectivas. Muito menos apresentar uma produção noticiosa que possa despertar para a mobilização, evidenciando um engajamento.

Dentre as notícias do *corpus*, há algumas que tratam de retrocessos em vez de avançar de forma propositiva. É o caso de “Angela Merkel diz que a UE deveria cumprir os objetivos de emissões existentes em vez de definir novos¹⁶”, que tem como foco a ideia de que não dá para fazer mais, e “Justiça congela plano de Obama para barrar emissões de CO₂ por carvão”, que trata da suspensão do Plano de Energia Limpa nos EUA.

Estes primeiros resultados indicam um distanciamento de um jornalismo comprometido com a participação cidadã, a prevenção e a construção de um conhecimento que impulse soluções, já que não mostram vínculos fortes com o dia a dia das pessoas, relacionando a mitigação a um tempo futuro e responsabilizando, principalmente, os governos e grandes setores econômicos. Por mais que a escala identificada nas notícias analisadas seja predominante a local/nacional, as ações apontadas para redução das emissões de GEE parecem desconectadas com as escolhas diárias que fazemos – como se as pessoas fossem apenas vítimas dos efeitos climáticos e não também agentes responsáveis pela intensificação das mudanças do clima.

Ressalta-se que o combate às MCs deve ser feito em múltiplas escalas e de diferentes modos, sendo fundamental que governos e setores produtivos ajam de forma significativa, já que suas atividades acabam respondendo pela maior parcela das emissões de GEE. Paralelamente, as pessoas precisam perceber as consequências de seus hábitos e se sentir parte do problema e da solução. O jornalismo de soluções enfatiza uma abordagem que vai ao encontro de uma cobertura menos catastrofista das MCs, colaborando para novas práticas de estar e viver no mundo – o que pode ser bem apropriado para tratar das formas de enfrentamento às MCs.

5. Considerações finais

Este estudo revela o quanto o assunto da mitigação é pouco pautado pelo *G1* e, quando o é, posto como algo distante da realidade do leitor. A análise empreendida demonstra que da mesma forma que a abordagem global desconecta o público da temática, a falta de associação com o cotidiano das pessoas faz a mitigação soar como algo distante, de responsabilidade única daqueles que detém poder político e econômico. González Alcaraz (2015), ao estudar os jornais de referência, como *Folha de São Paulo*, no Brasil, e *Clarín*, na Argentina, verifica que há uma tendência em apresentar os

países do Norte como responsáveis pelas MCs e que, por isso, deveriam financiar as medidas de adaptação e mitigação dos países em desenvolvimento (ou implementar as ações de enfrentamento). Tal percepção não se reflete apenas na construção das notícias, mas na própria escassez de pautas sobre o assunto – afinal, por que cobrir algo que não faz parte das nossas prioridades? A ênfase na responsabilização dos outros, levantada pelos representantes políticos e amplificada pela imprensa, pode estar relacionada também com a ausência de soluções ou formas de enfrentamento das MCs pensadas e articuladas desde o Brasil.

Dessa forma, a perspectiva futura e a responsabilização nos outros (aqueles que já puderem se desenvolver às custas de quem ainda quer alcançar o mesmo patamar) são fatores que afastam do público comum a preocupação com um modo de vida menos poluente, com menos emissões de GEE. Mesmo o fator escala, neste caso, não contribui com uma aproximação do tema. Somados a isso, a explicação superficial ou técnica rompe com as práticas cotidianas possíveis das pessoas. Embora seja de conhecimento geral que as fontes emissoras mais significativas são oriundas dos setores produtivos, é importante que haja uma mudança de comportamento em todos os níveis. As ações de cima para baixo e de baixo para cima devem ocorrer simultaneamente.

A articulação bem-vinda entre a cobertura de estratégias de enfrentamento das MCs e do jornalismo de soluções não foi percebida nas notícias analisadas do site *G1*. Algumas delas buscavam apresentar casos de sucesso, mas não possuíam a dimensão do conhecimento contextualizador, que possa desencadear uma ação, esperado no jornalismo de soluções. As propostas afins também são de difícil apreensão no *corpus* escolhido, o que pode ocorrer pela lógica editorial da empresa ou pelas próprias características do veículo, que busca a instantaneidade em vez da profundidade. Contudo, tal estudo nos permite ter uma primeira impressão de como o tema, ainda pouco difundido na mídia brasileira, é coberto, de modo a termos subsídios para pesquisas futuras. Acredita-se que para melhorar a comunicação das MCs é preciso estabelecer ligações visíveis entre causas e efeitos das nossas escolhas diárias.

Diante dos achados desse estudo e da necessidade de ampliar o alcance da discussão climática, sugere-se um aprofundamento do jornalismo de soluções e uma análise em veículo especializado ou com periodicidade dilatada. Além disso, a retomada às premissas do jornalismo público ou cívico, ambiental, preventivo e da paz, com o objetivo de checar como informar de modo engajado sobre a mitigação, pode contribuir de forma propositiva. Nota-se que, apesar de a mitigação ser uma solução para combater as MCs identificadas nas notícias do site analisado, a abordagem do jornalismo de soluções vai além e pressupõe uma nova forma de conceber o fato, que supera a mera apresentação de uma resposta.

A análise nos mostrou o quão distante está o cidadão das medidas que possam frear a intensificação das MCs e como o jornalismo do *G1*, mesmo com toda responsabilidade de seu alcance, restringe-se a uma produção ‘automatizada’, calcada em notícias sobre MCs que carecem de maior explicação e não sejam focadas somente no critério de atualidade/novidade ou negatividade. Urge que novos critérios e abordagens sejam adotados para que o jornalismo honre seu compromisso com o interesse público. Se queremos enfrentar as MCs, é preciso mostrar que há caminhos, que há soluções próximas e viáveis.

Referências bibliográficas

- ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância (2009). *Jornalismo preventivo e cobertura de situações de risco: Uma análise do tratamento editorial dedicado pela imprensa brasileira à dengue e à febre amarela*.
- Artaxo, P. (2014). *Mudanças Climáticas e o Brasil – Apresentação*. Revista USP. (103). pp. 8-12.
- Bardin, L. (2014). *Análise de conteúdo: edição revista e atualizada*. Lisboa: Edições 70.
- Bueno, W. C. (2007). *Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa*. São Paulo: Mojoara Editorial.
- Cabral, R. & Salhani, J. (2017). *Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões*. Revista E-Compós. 20(3).
- Fernández-Reyes, R. (2018). *La comunicación de la mitigación y de la reducción de emisiones*. In: Fernández-Reyes, R.; Rodrigo-Cano, D. (coord.). *La comunicación de la mitigación y la adaptación al Cambio Climático*. Ediciones Egregius. pp. 59-76.
- Frome, M. (2008). *Green Ink: uma introdução ao jornalismo ambiental*. Curitiba: Editora UFPR.
- Giddens, A. (2010). *A política da mudança climática*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Girardi, I., Schwaab, R., Massierer, C., & Loose, E. (2012). *Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental*. Revista C&S. 34(1). pp. 131-152.
- González Alcaraz, L. (2015). *La construcción periodística del cambio climático: Tendencias en América Latina*. Razón y Palabra. 19 (91).
- Loose, E. B. & Girardi, I, M. T. (2017). *O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos*. Revista INTERIN, 22(2). pp. 154-172.
- Loose, E. B. (2016). *Riscos climáticos no circuito da notícia local: Percepção, comunicação e governança*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/43179>. Acesso em 17/02/2019.
- Mercado-Sáez, M. T. & Galarza, C. (2017). *Climate Change Communication in Argentina*. Oxford Research Encyclopedia of Climate Science. DOI: 10.1093/acrefore/9780190228620.013.483

- Painter, J. (2013). *Climate Change in the Media: Reporting Risk and Uncertainty*. London: I.B. Tauris & Co. Ltd.
- PBMC. (2014). *Mitigação das mudanças climáticas. Contribuição do Grupo de Trabalho 3 do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas ao Primeiro Relatório da Avaliação Nacional sobre Mudanças Climáticas* [Bustamante, M. M. C., Rovere E.L.L, (eds.)]. COPPE. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Pulcini, E. (2013). Reaprender a recear: a percepção dos riscos na era global. In: Innerarity, D.; Solana, J. (Orgs.). *A humanidade ameaçada: a gestão dos riscos globais*. Lisboa: Teodolito. pp. 127-141.
- Ribeiro, Wagner da Costa (2008). *Políticas públicas ambientais no Brasil: Mitigação das mudanças climáticas*. In: X Coloquio Internacional de Geocrítica, Barcelona. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/377.htm>
- SEEG. (2017). *Emissões de GEE no Brasil - e suas implicações para políticas públicas e a contribuição brasileira para o Acordo de Paris*. Observatório do Clima.
- Shome, D. & Marx, S. (2016). *A comunicação das mudanças climáticas – Um guia para cientistas, jornalistas, educadores, políticos e demais interessados/ Centro de Pesquisas sobre Decisões Ambientais (CRED)*.
- Takahashi, B. (2013). *La influencia de las agencias internacionales de noticias en la cobertura de los efectos y las soluciones del cambio climático: Un estudio de caso del Perú*. Revista Razón y Palabra. (84). Recuperado: http://www.razonypalabra.org.mx/N/N84/M84/07_Takahashi_M84.pdf
- Viola, E. & Franchini, M. (2018). *Risco Climático na América do Sul: Agenda de segurança pública interna ou de defesa interestatal? Technical Report KAS*.
- Wenzel, A., Gerson, D., & Moreno E. (2016). *Engaging Communities Through Solutions Journalism*.
- Wolf, J. & Moser, S. (2011). *Individual understandings, perceptions, and engagement with climate change: Insights from in-depth studies across the world*. *Wiley Interdisciplinary Reviews—Climate Change*. 2(4). pp.547-569.